

Viola Maria Alves Godinho, Eliana Gomes Lisboa, 1956 (vol. III)

obterem ouro e escravos? Veremos adiante que os Portugueses levaram carregamento de sal ao Rio do Ouro para trato de negros e metal precioso. Estes dois factos confirmam a importância do sal na economia portuguesa, como Sérgio demonstrara com outros factos.

5. A partilha de escravos

«Chegaram as caravelas a Lagos, donde antes partiram, havendo nobre tempo de viagem, que lhe não foi a fortuna menos graciosa na bonança do tempo do que lhe antes fora no filhamento da presa⁽¹⁾; onde as novas chegaram ao Infante, que antes poucas horas se acertara chegar ali d'outras partes donde havia dias que andava.

E como vedes que as gentes são desejosas de saber, uns cometeram de se chegar à ribeira, outros se metiam nos bateis que achavam amarrados ao longo da praia e iam receber seus parentes e amigos, de guisa que em breve tempo foi sabido seu bom aquecimento, com o qual geralmente todos eram alegres. E por aquele dia abastou a esses principais de beijar a mão ao Infante seu senhor, contando-lhe em breve a soma de seus feitos; e daí repousaram, como homens que chegavam a sua terra e a suas casas, onde já sabeis qual seria sua folgança entre suas mulheres e filhos. E no outro dia Lançarote, como homem que do feito tinha principal cargo, disse ao Infante:

— «Senhor. Bem sabe a vossa mercê como haveis de haver o quinto destes mouros e de tudo que ganhamos em aquela terra⁽²⁾, onde por serviço de Deus e vosso nos mandastes⁽³⁾. E agora estes mouros, pelo grande tempo que andámos no mar, assim pelo nojo que deveis considerar que terão em seus corações vendo-se fora da terra de sua natureza e postos em cativo sem havendo algum

conhecimento de qual será sua fim; daí a usança que não hão de andar em navios; por tudo isto veem assaz mal corregidos e doentes; pelo qual me parece que será bem que de manhã os mandeis tirar das caravelas e levar àquele campo que está além da porta da vila, e farão deles cinco partes, segundo o costume, e seja vossa mercê chegardes aí e escolher uma das partes, qual mais vos prouver.²⁽⁴⁾

O Infante disse que lhe prazia. E no outro dia muito cedo mandou Lançarote aos mestres das caravelas que os tirassem fora e que os levassem àquele campo, onde fizessem suas repartições, segundo antes dissera; pero primeiramente que se em aquillo outra cousa fizesse, levaram em oferta o melhor daqueles mouros à igreja daquele lugar, e outro pequeno, que depois foi frade de S. Francisco, enviaram a S. Vicente do Cabo, onde sempre viveu como católico cristão, sem havendo conhecimento d'outra lei senão daquela santa e verdadeira em que todos os cristãos esperamos nossa salvação. E foram os mouros desta presa CCXXV.

Ó tu, celestial Padre, que com tua poderosa mão, sem movimento de tua divinal essência, governas toda a infinda companhia da tua santa cidade, e que trazes apertados todos os eixos dos orbes superiores, distinguídos em nove esferas, movendo os tempos das idades breves e longas, como te praz!

Eu te rogo que as minhas lágrimas não sejam dano da minha consciência, ca [= porque] nom por sua lei daquestes, mas a sua humanidade constrange a minha que chore piedosamente o seu padecimento. E se as brutas animálias, com seu bestial sentir, por um natural instinto conhecem os danos de suas

semelhantes, que queres que faça esta minha humanal natureza, vendo assim ante os meus olhos aquesta miserável companhia, lembrando-me de que são da geração do filhos de Adão!⁽⁵⁾

No outro dia, que eram viii dias do mês de agosto, muito cedo pela manhã por razão da calma, começaram os mareantes de correger seus bateis e tirar aqueles cativos para os levarem segundo lhes fora mandado; os quais, postos juntamente naquêle campo, era uma maravilhosa cousa de ver, que entre elles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como tiópios, tão desafeiçados assim nas caras como nos corpos, que quase parecia, aos homens que os esguardavam, que viam as imagens do hemisfério mais baixo.

Mas qual seria o coração, por duro que ser pudesse, que não fôsse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquella companhia? Que uns tinham as caras baixas e os rostros lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos ceus, firmando os olhos em elles, bradando altamente como se pedissem acorro ao Padre da natureza; outros feriam seu rosto com suas palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; outros faziam suas lamentações em maneira de canto, segundo o costume de sua terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem aos nossos não pudesse ser entendida, bem correspondia ao grau de sua tristeza.

Mas para seu dó ser mais acrescentado, sobrevieram aqueles que tinham cargo da partilha e começaram de os apartarem uns dos outros, a fim de poerem seus quinhões em iguallez; onde convi-

nhia de necessidade de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos, e uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardava nenhuma lei, sòmente cada um caía onde o a sorte levava!

O poderosa fortuna, que andas e desandas com tuas rodas, compassando as cousas do mundo como te praz! E sequer põe ante os olhos daquesta gente miserável algum conhecimento das cousas postumeiras por que possam receber alguma consolação em meio de sua grande tristeza! E vós outros que vos trabalhais desta partilha, esguardae com piedade sobre tanta miséria, e vede como se apartam uns contra os outros, que a penas os podeis desligar!

Quem poderia acabar aquella partição sem mui grande trabalho? Que tanto que os tinham postos em uma parte, os filhos, que viam os padres na outra, alevantavam-se rijamente e iam-se para elles; as madres apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com elles de bruços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe não serem tirados! E assim trabalhosamente os acabaram de partir, porque além dos trabalhos que tinham com os cativos, o campo era todo cheio de gente assim do lugar como das aldeias e comarcas de arredor, os quaes leixavam em aquele dia folgar suas mãos, em que estava a força do seu ganho, sòmente por ver aquella novidade.

E com estas cousas que viam, uns chorando, outros departindo, faziam tamanho alvoroço, que punham em turvação os governadores daquela partilha⁽⁶⁾.

O Infante era ali em cima de um poderoso cavallo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês, como homem que de sua parte queria fa-

zer pequeno tesouro, que de rvi (46) almas que acon-
tecera no seu quinto, mui breve fez delas sua
partilha, que toda sua principal riqueza estava em
sua vontade, considerando com grande prazer na
salvação daquelas almas, que antes eram perdi-
das (7). E certamente que seu pensamento não era
vão, que, como já dissemos, tanto que estes haviam
conhecimento da linguagem, com pequeno movi-
mento se tornavam cristãos; e eu que esta história
ajuntei em este volume, vi na vila de Lagos moços
e moças, filhos e netos daquestes, nados em esta
terra, tão bons e verdadeiros cristãos como se des-
cenderam do comêço da lei de Cristo, por geração,
daquelles que primeiro foram bautizados.

Posto que o choro daquestes pelo presente fôsse
mui grande, especialmente depois que a partilha
foi acabada, que levava cada um a sua parte, e
alguns daqueles vendiam os seus, os quais levavam
para outras terras; e acertava-se que o padre ficava
em Lagos e a madre traziam para Lisboa, e os
filhos para outra parte, no qual partimento sua dor
dobrava o primeiro dano, o qual era menos em
alguns que se acertavam de ficar em companhia,
que diz o exemplo: «Solatio est miseris socios ha-
bere penam»; foram eles porém ao diante havendo
conhecimento da terra, na qual achavam grande
abastança, e d'aí como os tratavam com grande
favor, que porque os as gentes não achavam endu-
rentados na crença dos outros mouros, e viam que
de boa vontade se vinham à lei de Cristo, não fa-
ziam deles diferença aos servidores livres naturais
da própria terra, antes aqueles que cobravam de
pequena idade faziam ao diante ensinar a ofícios
mecânicos, e aqueles que viam dispostos para go-

vernar fazenda, faziam-nos livres e casavam-nos
com as mulheres naturais da terra, partindo com
eles de suas fazendas, como se por próprias von-
tades dos padres foram entregues àqueles que os
casavam e que por merecimento de seu serviço lhe
fôsem obrigados de fazer semelhante.

E algumas viúvas honradas que compravam al-
gumas daquelas, umas as recebiam por filhas,
outras lhe deixavam em seus testamentos de suas
riquezas, por que se ao diante mui bem casavam,
havendo-as de todo por livres. Abasta que eu
nunca vi a nenhum daquestes ferro como aos outros
cativos, e quase nenhum que se não tornasse cristão
e que não fôsse mui docemente tratado. E fui já
rogado de seus senhores para seus batismos e
casamentos, nos quais aqueles, cujos servos eles
antes eram, não faziam menos solenidade que se
foram seus filhos ou parentes.

E assim que onde antes viviam em perdição
das almas e dos corpos, vinham de todo receber
o contrário: das almas, enquanto eram pagãos,
sem claridade e sem lume de santa Fé; e dos cor-
pos, por viverem assim como bestas, sem alguma
ordenança de criaturas razoáveis, que eles não sa-
biam que era pão nem vinho, nem cobertura de
pano, nem alojamento de casa; e o que peor era,
a grande ignorância em eles havia, pela qual não
haviam algum conhecimento de bem, sômente viver
em uma ociosidade bestial.

E logo que começavam de vir a esta terra e
lhes davam os mantimentos artificiais e as cober-
turas para os corpos, começavam de lhe crescer os
ventres, e por tempo eram enfermos, até que se
reformavam com a natureza da terra, onde alguns
deles eram assim compleccionados que o não po-
dião suportar e morriam, empero cristãos.

Quatro cousas havia em aquestes muito afastadas das condições dos outros mouros que cativavam em esta parte: a primeira, que depois que eram em esta terra, nunca se mais trabalhavam de fugir⁽⁸⁾, antes por tempo se esqueciam de todo da sua, tanto que começavam a sentir as bondades daquesta; e a segunda, que eram muito leais e obedientes servidores, sem malícia; e a terceira, que não eram tão chegados à luxúria como os outros; e a quarta, que depois que usavam os vestidos, eram geralmente muito louções de vontade, pelo qual folgavam muito com roupas de cores devisadas. E tanta era sua louçania, que apanhavam as farpas que aos outros naturais da terra caíam dos saios, e as cosiam em suas roupas, como se fôsse outra cousa de maior perteição.

E o que melhor era, como já tenho dito, que se tornavam de boas vontades ao caminho da Fé, na qual, depois que eram entrados, recebiam verdadeira crença, na qual faziam suas fins⁽⁹⁾.

Ora vede que galardão deve ser o do Infante ante a presença do senhor Deus, por trazer assim a verdadeira salvação não sómente aquestes, mas outros mui muitos que em esta história ao diante podeis achar! ⁽¹⁰⁾.

(*Crónica da Guiné*, caps. XXIV-XXVI)

Notas

(1) Trata-se da expedição de 1444 às ilhas de Naar e Tider, comandada por Lançarote e em que também foram Gil Eanes e Estêvão Afonso (ver vol. II, pp. 185-190).

(2) Privilégio concedido pela carta régia de 22 de Outubro de 1443 (ver vol. I, p. 142).

(3) Não foi, aliás, D. Henrique quem mandou Lançarote, antes a este é que coube a iniciativa, e o infante limitou-se a dar a autorização pedida.

(4) A vinda dos primeiros cativos do litoral saariano data de 1441 (veja-se vol. I, pp. 170-179). A partilha agora descrita não é, portanto, a primeira, o que explica que Zurara escreva: «segundo o costume». Já anteriormente a 1441 os Portugueses obtinham escravos pelos assaltos às Canárias, ao litoral marroquino e à navegação nôvra. A mão-de-obra escrava era necessária para a indústria de açúcar das ilhas e para os serviços domésticos da metrópole e exportava-se para Castela e talvez outros reinos. Não foram, evidentemente, os Portugueses que inventaram o tráfico de escravos nem a escravatura, como alguns autores afirmaram por ignorância ou malevolência; mas foram portugueses que desenvolveram a economia colonial com base na escravatura, já característica de algumas colónias genovesas do Mediterrâneo e depois largamente adoptada por todas as nações coloniais da Europa. Paíra a obscuridade sobre o número de escravos que afluíu a Portugal — média anual, curva dos quantitativos anuais, total em algumas décadas ou num século —, sobre a organização do seu comércio, sobre a sua utilização económica e percentagem do destino dos escravos, sobre as condições reais da vida dos escravos, sobre a importância e proporção das alforrias, etc. (Manuel Heleno ainda não publicou a continuação de *Os escravos em Portugal*, começado aliás com intuitos apologeticos que devem ser estranhos à ciência).

(5) Este trecho mostra claramente que em relação aos Africanos não surgiram quaisquer dúvidas em Portugal quanto à sua condição humana e a terem alma como os Europeus. O sentimento de compaixão galga as fronteiras da *Cristandade* para abarcar os outros seres humanos que não estão no seu âmbito, embora seja ainda patente o conflito entre os dois circuitos no receio de Zurara de que suas lágrimas sejam dano de sua consciência. Todos filhos de Adão: mas conquanto nos compadeçamos pelos sofrimentos dos não-cristãos, é preferível fazê-los sofrer para salvar a sua alma, a evitar-lhes sofrimentos deixando-os na idolatria que lhe perderá. O padre Domingos Mauricio escreveu: «A fé não se impõe pela força, mas a força pode ser necessária para criar condições de liberdade para a profissão de fé». Possivelmente Zurara e os seus senhores subscreveriam estas palavras. Quem julga estar de posse da verdade absoluta pode pensar assim, e aqueles não tinham dúvidas quanto a professarem a verdadeira fé. Não obsta a que haja um abismo entre esta posição e a que não admite o emprego

da violência em nenhuma circunstância, e portanto só aceita que se consiga a conversão por meios suavizados, sem recorrer à força mesmo para criar «condições» de catequizar. Esta segunda posição é a que autenticamente traduz a ideia de humanidade, não a vergando às conveniências de nenhum credo; os que a seguem não consideram que certos homens, pelo facto de professarem uma crença diferente, não são humanos em toda a plenitude do termo, sendo necessário escravizá-los para os fazer abraçar o credo que os elevará à humanidade completa; os que a seguem não têm que manifestar quaisquer temores por se compadecerem com as angústias dos que, também homens, não comungam na mesma religião. Pelo contrário, aqueles que pensam ser a violência necessária para a evangelização resvalam com facilidade para o culto da acção violenta em si própria: é assim que o infante D. Henrique afirma que o maior prazer da vida é guerrear os Mouros — a própria acção de guerrear, note-se bem, e não o fim dela — (veja-se vol. II, p. 107); de igual modo Zurara fala na grande alegria que é ver as águas tintas do sangue dos infiéis (vol. II, p. 125). Ora os infantes D. João e D. Pedro, ao invés, negam que combater seja «saboroso», antes lhe reconhecem muitos motivos de tristeza, e entendem que não há o direito de atacar os islamitas só por terem fé diferente, mesmo que seja para os cristianizar: é a autêntica consciência da humanidade que começa a raír, sobrepondo-se decididamente às limitações resultantes da unanimidade de crença dentro de um grupo que leva a relegar os outros grupos de crença diferente para plano inferior, legitimando qualquer acção contra eles.

Estamos assim em presença de duas concepções do cristianismo: uma que é integralmente amor, e portanto compreensão, tolerância; e a outra que é mescla de amor e violência, ódio, estreiteza de compreensão. O historiador constata o facto e deve procurar explicá-lo, mas não tem que se pronunciar. Não se pode, pois, por forma alguma, considerar a posição de D. João como equivoco, como maneira de ver acaso legítima mas incompleta — contrária ao que nos objectou Domingos Maurício.

(6) Esta cena é tão profundamente pungente que consegue ainda hoje comover, apesar da afectação das duas invocações prolixas — não directas e incisivas — com que o retórico Zurara julgou possivelmente enriquecê-la. Afigura-se-me de notar que a literatura e a arte portuguesas não voltassem a tratar o tema da partilha dos escravos, um dos

de maior vibração humana e fundo sentido de universalidade que acaso se pode conceber.

(7) É muito difícil fazer a análise psicológica das personagens que participaram na partilha. Não nos esqueçamos, em primeiro lugar, que estamos ante homens visceralmente crentes, que não concebem sequer a ausência de fé e para quem todas as outras religiões são «abusões e fábulas», mentiras torpes que mancham a humanidade, e não pontos de vista diferentes mas legítimos. O cristão sente ódio à crença dos muçulmanos — nunca se lhe refere sem a insultar, como se verifica em inúmeros passos do *Esmeraldo* — e sente um misto de desprezo e piedade pelos sequazes dos cultos idólatras. Tem o cristão a convicção profunda, inabalável, que nem mesmo lhe ocorre analisar, muito menos pôr em dúvida, de que está na verdade absoluta, na única verdade possível, e que todos os outros estão no erro, e em erro que lhes é fatalmente prejudicial, que os arrastará implacavelmente para a perdição eterna. Sendo assim, a vida do infiel — repare-se que este é definido negativamente, por não ter a fé, e não positivamente, como tendo *outra* fé — não tem um valor absoluto, não é algo que o cristão tenha que respeitar em si própria, mas apenas na medida, digamos, em que constitui uma virtualidade de conversão ao cristianismo; matar um infiel é como que extirpar da natureza alguma coisa que a mancha, é fazer desaparecer um escândalo da criação. Como a personalidade do não-cristão carece de valor absoluto, é legítimo que o cristão o utilize como meio ao serviço dos seus fins próprios, isto é, que o reduza a escravo, não devendo o cristão, e muito menos o judeu ou mouro, ter escravos cristãos (ideia retomada da Héliade, onde não era moralmente justificado que um grego fosse escravo de outro grego). Quer dizer, os homens do século XV não sentem geralmente o amor como abrangendo de igual modo os seguidores do cristianismo e os adeptos de outras religiões — não se elevaram verdadeiramente ao sentimento da fraternidade do género humano, à ideia de humanidade em toda a sua plenitude.

Estes homens, por outro lado, são animados por anseio de honra, por cobiça, por sede de acção violenta. É delicado afirmar que aquela posição mental cujos traços delineámos há pouco não passa de construção destinada a mascarar com razões morais aqueles impulsos, isto é, constitui simples hipocrisia. A hipocrisia supõe uma certa finura de análise e uma certa consciência do conflito dos motivos com os pa-

drões sociais aceitos, que talvez não se encontrasse com frequência em Quatrocentos; e as peças do infante D. Henrique que até nós chegaram revelam-nos um espírito nada analítico e pouco reflexivo, mesmo talvez grosseiro. Parece-me, portanto, que é de aceitar estar D. Henrique convencido de prestar serviço a Deus e aos próprios que desgraçava, sem contudo ser menos verdade que o animava a cobiça e o desejo de acrescentamento de seu estado. Não pode alegar-se, contra o infante ser movido por cobiça, o facto de ter distribuído em grande parte os seus escravos; com efeito, pelos padrões do tempo — e a esses, e não aos nossos, é que devemos atender no exame histórico —, a riqueza tem funções diferentes nas mãos dos nobres e do vulgo. A riqueza serve aos senhores precisamente para outorgarem mercês, criando ou mantendo assim dependentes; e para ser gasta em magnificência, em ostentação. O senhor deve afectar desinteresse, ostensivamente mostrando que não está amarrado às contas do deve-e-haver (veja-se, por exemplo, os estudos de Sombart).

Pelos nossos padrões de hoje, confrange-nos que uma grande figura histórica que nos apresentam toda uniuosa de misticismo possa assistir, na qualidade de dirigente, a uma cena como esta partilha dos escravos. E que neste ponto D. Henrique é bem homem do seu país e do seu tempo, nada o eleva acima do comum. Havia já, no entanto, quem se insurgisse contra este tipo de mentalidade — mostra-o a atitude dos infantes D. João e D. Pedro —, e daí a necessidade em que se vê Zurara de defender o seu herói predilecto e o seu embaraço perante o quadro que nos traça.

(8) Como é que cativos originários do Sâara poderiam pensar em fugir de Portugal? Fugir para onde e como?

(9) Manuel Heleno tem utilizado estes parágrafos para demonstrar que os Portugueses dispensavam tratamento carinhoso aos cativos. Repare-se, contudo, que Zurara contrasta explícita e formalmente o tratamento que estes escravos receberam com o tratamento corrente, e indica com clareza inequívoca que era costume os escravos trazerem ferros. Zurara aponta como grande obra civilizadora o ensino de ofícios aos escravos; é evidente, porém, que se trata de vantagem dos seus donos, pois a posse de um operário qualificado rende-lhes mais do que a dum simples serviçal sem preparação técnica. Para compreendermos a condição destes escravos mestreiros devemos aproximá-la do que se passava na antiga Grécia, onde era considerada a forma

mais lucrativa da aplicação de capitais, assegurando, ao mesmo tempo, ao escravo a situação mais invejável (veja-se Glotz, *História económica da Grécia antiga*). Nas cidades luso-asiáticas do século xvi, bem como na Lisboa quinhentista, o estabelecimento de escravos em oficinas e tendas será um dos modos de vida dos Portugueses. Zurara também põe em relevo as relações quase familiares que ligam os escravos domésticos aos seus donos, bem como a alta percentagem de alforrias nesta classe de escravos; trata-se igualmente de um facto geral bem constatado pela história económico-social, independente, portanto, das características étnicas do povo em que se passa.

Sem qualquer esperança de regressarem a seus lares africanos, os cativos em breve percebiam as vantagens que lhes advinham de se converterem: a sua conversão quase impunha e certamente facilitava a manumissão, e pelo menos tirava a legitimidade a maus tratos, contribuindo negativamente para os igualar aos donos. Acresce, como Zurara bem viu, a atracção de uma civilização superior, que o cronista curiosamente caracteriza pelo pão, vinho, vestuário de pano e casa.

Seria muito importante conhecer a percentagem das alforrias, pois do texto apologético de Zurara nada se conclui com segurança. Também não é dum texto com tais características que podemos ficar a saber as condições da vida quotidiana dos escravos, uma vez que o autor está evidentemente interessado num certo ponto de vista. Mas a *Cronica da Guiné*, seja como for, não justifica uma visão idílica da escravatura em Portugal.

(10) O que, apesar de tudo, podemos estranhar é o seguinte: se o him único do aprisionar africanos era converter-lhes à verdadeira fé, porque é que:

a) A Ordem de Cristo não ficava com todos os cativos ou não os comprava aos que a eles tinham direito, para instituir metódicamente a conversão, sem separações que provocavam sofrimentos inúteis para tal objectivo?

b) No caso de se preferir a distribuição dos cativos por vários particulares, não havia o humano cuidado de não apartar os pais dos filhos, o marido da mulher, o irmão do irmão?

Vingue-se com força que muitos dos cativos serviam depois para negócio — para venda — e que a partilha descambou na brutalidade, ficando feridas mulheres cativas por se não quererem separar dos seus.